

CONTRATO EMERGENCIAL Nº 001/2019/IBRACEDS

CONTRATO DE GESTÃO 003/2017/SED/GOV

RESUMO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, que entre si celebram, de um lado **O INSTITUTO BRASILEIRO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E SAÚDE - IBRACEDS**, Associação sem fins Lucrativos, por sua filial, Inscrita no CNPJ 11.067.643/0002-50, qualificado como Organização Social pelo Estado de Goiás, com sede na Rua 19, S/n, Qd. 22, Lt. 16, Setor Marechal Rondon, Goiânia, GO, CEP 74560-460, Telefone: (062) 3087-4191, neste ato representado por seu Presidente **ANTONIO DE SOUSA ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 055.970.131-49 e RG sob o nº 334751, SSP/GO, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, **BRASGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA-ME**, portadora do CNPJ: 17.957.772/0002-08, com sede localizada na Rua Itália, Qd 3B Lote 01 Pq. Esplanada 3, Valparaíso/Go, CEP: 72.876-590, neste ato representado por **KALIANE MEDEIROS SILVA**, brasileira, solteira, empresária, inscrita nº CPF/MF sob o nº 047.257.091-90, portadora do RG 3.082.693 SSP/DF, doravante denominada **CONTRATADA**, pelo presente instrumento, as partes têm entre si justas e acertadas, com fundamento no Regulamento para os Procedimentos de Compra, Contratação de Obras, Contratação de Serviços e Alienações do **IBRACEDS**, artigo 15, inciso VIII, o presente contrato emergencial de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente a Contratação Emergencial de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA ARMADA** a serem realizados nas unidades geridas pelo o IBRACEDS, referente ao objeto do **CONTRATO DE GESTÃO nº 003/2017-SED**.

1.2. A prestação de serviços será desenvolvida por uma equipe de profissionais especializados com o quantitativo de postos de trabalho constante do quadro à seguir:

DESCRIÇÃO	POSTO TRAB	QTD VIG.
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Maria Sebastiana da Silva – PORANGATU: Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	04
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Maria Sebastiana da Silva – PORANGATU - Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	04
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira STº ANTº DISCOBERTO: Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	04
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, STº ANTº DISCOBERTO: Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	04
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Genervino Evangelista da Fonseca - Cristalina-GO - Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Genervino Evangelista da Fonseca - Cristalina-GO: Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Carmem Dutra de Araújo - FORMOSA. Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02

Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Carmem Dutra de Araújo – FORMOSA - Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Paulo Renato de Souza – VALPARAÍSO – Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Paulo Renato de Souza – VALPARAÍSO – Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02

1.3. Unidades Educacionais onde os serviços deverão ser prestados:

1.3.1. Posto de segurança patrimonial armada 24h para o Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Maria Sebastiana da Silva, localizado à Av. Mutunópolis, s/nº, Setor Jardim Brasília - Porangatu – GO;

1.3.2. Posto de segurança patrimonial armada 24h para o Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Sarah Luísa Lemos Kubitschek de Oliveira, localizado à Rua 14 C/Av. Dom Abel, área B2-B, Setor Central - Santo Antônio do Descoberto- GO;

1.3.3. Posto de segurança patrimonial armada 24h para o Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Genervino Evangelista da Fonseca Rua Tapuias nº 684, Sta. Lustosa - Cristalina-GO;

1.3.4. Posto de segurança patrimonial armada 24h para o Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Carmem Dutra de Araújo, localizado à Rua 65, esq. rua 11 e 12 s/n setor, Parque Lago - Formosa;

1.3.5. Posto de segurança patrimonial armada 24h para o Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Paulo Renato de Souza, localizado à Rua 60, Qd. 05.B, S/Nº -Praia dos Amores- Jardim Céu Azul – ValparaísoGO;

1.4. Os postos de trabalho mencionados no item 1.2 deste contrato serão demandados de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e de acordo com a necessidade de cada unidade educacional durante a vigência do contrato.

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

2. A referida contratação emergencial terá vigência de 30 (trinta) dias, com termo inicial em 01 de julho de 2019 e termo final até 31 de julho de 2019, ou, até a conclusão do processo de contratação nº 001/2019, podendo ser prorrogado nos termos da o item 7.1, deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

3.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

3.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido, desde que tenha sido feito o repasse pela SED/GO.

3.3. Prestar as informações necessárias para o melhor cumprimento deste Contrato.

3.4. Exigir a observação das normas emanadas pelos órgãos de fiscalização e controle.

3.5. Disponibilizar local e condições adequados para a prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4. São obrigações da CONTRATADA:

4.1. Fornecer **MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:**

4.1.1. Os serviços deverão ser executados mediante o fornecimento de materiais e equipamentos adequados, ou seja: Calça; Camisa de mangas compridas e curtas; Cinto de nylon; Sapatos; Jaqueta de frio ou japona; Capa de chuva; Crachá; Revólver calibre 38; Colete com placa balística

(para vigilância armada e ronda externa, com o prazo de validade, conforme lei vigente); Cinto com coldre e baleiro; Munição calibre 38 (com prazo de validade, conforme lei vigente); Livros de ocorrência para todos os postos. Cassetete, para serem usados apenas em casos considerados extremos; Porta cassetete; Apito; Cordão de apito; Lanterna de LED, longo alcance com bateria recarregável e seus acessórios; Rádio comunicador e fone de ouvido; Óculos de sol para postos externo. Todos estes a cargo da CONTRATADA.

4.2. DOS UNIFORMES

4.2.1. A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais indicados para a prestação dos serviços apresentem-se trajando uniformes, fornecidos às suas expensas, devidamente aprovados pelo Departamento de Polícia Federal, sempre completos, limpos e em bom estado de conservação.

4.2.2. O conjunto do uniforme deverá ser entregue aos funcionários, mediante recibo (relação nominal).

4.2.3. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

4.2.4. A CONTRATADA deverá cuidar para que os profissionais indicados para a prestação de serviços utilizem devidamente os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação vigente, sendo de sua responsabilidade o fornecimento.

4.3. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

4.3.1. Assumir total responsabilidade pela indicação dos seus funcionários utilizados na prestação dos serviços, bem como por todo e qualquer dano ou falta que esses cometam no desempenho de suas funções, devidamente comprovados, resguardado o direito de defesa prévia.

4.3.2. Substituir os funcionários utilizados na execução dos serviços sempre que solicitado pelos CONTRATANTES, sem que isso importe na interrupção dos serviços.

4.3.3. Manter todos os seus funcionários utilizados na prestação dos serviços devidamente identificados com crachá funcional, onde seja espelhado o nome da CONTRATADA, designando, de forma clara e inconfundível, que esses são seus funcionários, com o intuito de distingui-los dos funcionários do CONTRATANTE.

4.3.4. Cientificar, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, qualquer anormalidade que verificar durante a execução dos serviços.

4.3.5. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

4.3.6. Substituir os funcionários ausentes ao serviço, sob qualquer pretexto, de forma a não prejudicar o andamento normal e a boa execução dos serviços contratados. As faltas que não forem efetivamente compensadas por empregado substituto serão abatidas do valor mensal dos serviços, à época da apresentação do competente documento de cobrança, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas neste Contrato.

4.3.7. Coordenar, supervisionar e diretamente remunerar os seus funcionários utilizados na execução dos serviços objeto do Contrato, sob os quais exercerá todo e qualquer poder diretivo na condução e prestação dos serviços, devendo recolher, pontualmente, todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos respectivos funcionários.

4.3.8. Comprovar, mensalmente, o pagamento dos tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados, bem como demonstrar estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

4.3.9. Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

4.3.10. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão, total ou parcial, nos recolhimentos de tributos e encargos que incidam ou venha a incidir sobre os serviços contratados;

4.3.11. Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestritos e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos.

4.3.12. Cumprir, como única empregadora, as disposições legais, quer quanto à remuneração do pessoal empregado e alocado na execução dos serviços, como aos demais encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária ou qualquer outra, obrigando-se ainda a respeitar e fazer com que sejam respeitados pelos seus empregados, todos os regulamentos de ordem interna e normas de segurança do CONTRATANTE.

4.3.13. Responsabilizar-se por qualquer dos encargos acima mencionados, que não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir sua execução.

4.3.14. Responsabilizar-se pelo transporte, armazenamento e guarda de todos os materiais necessários à execução dos serviços objeto deste contrato.

4.3.15. Assume A CONTRATADA os ônus fiscais advindos de pagamentos oriundos deste contrato, bem como a responsabilidade de desdobramentos da fatura, retenção de tributos de sua responsabilidade, distribuição de créditos individuais a seus cooperados, com os quais a CONTRATANTE não tem qualquer vínculo laboral.

4.3.16 Obriga-se A CONTRATADA a executar serviços em perfeita harmonia e em concordância com as Instruções previstas, obedecendo às normas estabelecidas pela CONTRATANTE.

4.3.17. Na hipótese de alteração na sistemática estabelecida deverá primeiramente ser submetida à consideração da CONTRATANTE, com respectiva justificativa a quem caberá decidir a orientação a ser adotada.

4.3.18. Respeitar e fazer com que sejam respeitadas as normas atinentes ao funcionamento da CONTRATANTE e aquelas relativas ao objeto do presente Contrato.

4.3.19 A CONTRATADA obriga-se a não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto do presente Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

4.3.20. A CONTRATADA Manterá, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, qualificação técnica e cumprimento da proposta.

4.3.21. A CONTRATADA compromete-se a cuidar da regularidade obrigacional derivada de eventual vínculo e subordinação com o pessoal envolvido direta ou indiretamente na execução deste Contrato, adimplindo com toda e qualquer obrigação fiscal e trabalhista decorrente da prestação de serviços dos seus cooperados/funcionários, principalmente no que tange a ISS, PIS, COFINS, FGTS e INSS.

4.3.22. A CONTRATADA compromete-se a adimplir com toda e qualquer obrigação trabalhista que eventualmente venha a ser reconhecida judicialmente ou administrativamente por qualquer órgão administrativo e/ou fiscalização.

4.3.23. A CONTRATADA Manterá o mais absoluto sigilo e confidencialidade no tocante aos serviços, documentos, pesquisas, entrevistas e demais informações apuradas ou de que tome conhecimento durante a prestação dos serviços.

4.3.24. Realizar contato com os funcionários, colhendo todos os dados a fim de definir as prioridades e elaborar o programa de trabalho a ser executado na sede da empresa da CONTRATADA;

4.3.25. A CONTRATADA irá sanar eventuais irregularidades ou correções apontadas pela CONTRATANTE quanto apresentação de relatórios e/ou de cada etapa dos serviços.

4.3.26. Compromete-se A CONTRATADA em providenciar a emissão dos documentos de cobrança (notas fiscais), de acordo com os valores contratados, no primeiro dia útil subsequente do mês da efetiva prestação do serviço, no qual deverá vir instruído com todas as certidões de regularidade exigidas no momento da contratação, sob pena de não ser efetuado o pagamento enquanto perdurarem as pendências fiscais, sendo o pagamento efetuado imediatamente após a regularização das pendências.

4.3.27. Responder aos órgãos públicos fiscalizadores, quando diretamente procurado por este, obrigando-se a informar, explicar ou complementar o trabalho apresentado por sua solicitação.

4.3.28. Produzir e submeter à CONTRATANTE, junto com a Nota Fiscal, relatório analítico que contenha o resumo das atividades prestadas.

4.3.29. Informar no corpo da Nota Fiscal o número deste Contrato, bem como o número do Contrato de Gestão (**Contrato de Gestão 003/2017-SED**) a ser assinado e as competências a que se refere a prestação dos serviços, sob pena de não ser pago o valor referente a Nota Fiscal caso não contenha estas informações.

4.3.30. Responder, exclusivamente perante seus fornecedores, não possuindo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade junto àqueles.

4.3.31. Dar esclarecimentos sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, a contar do recebimento de notificação para tal mister.

4.3.32. Assumir para si qualquer responsabilidade civil sobre eventuais erros cometidos durante a execução dos serviços objeto do presente Contrato.

4.3.33. Submeter-se à fiscalização a ser realizada pela CONTRATANTE, ou qualquer órgão fiscalizador, relativa à prestação dos serviços pactuados, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização da CONTRATANTE, onde será prestado os serviços.

4.3.34. Prestar informações, escritas e verbais, completas e fidedignas necessárias para assegurar a continuidade da assistência.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES TÉCNICAS:

5. A CONTRATADA obrigar-se-á:

5.1. Dar esclarecimentos sobre qualquer procedimento, o mais breve possível, a contar do recebimento de notificação para tal mister.

5.2. Assumir para si qualquer responsabilidade civil sobre eventuais erros cometidos durante a execução dos serviços objeto do presente Contrato.

5.3. Submeter-se à fiscalização a ser realizada pela CONTRATANTE, ou qualquer órgão fiscalizador, relativa à prestação dos serviços pactuados, conforme regras estabelecidas nos protocolos internos e padronização da CONTRATANTE.

5.4. Aceitar o desconto mensal, no percentual de 10% sobre o valor do contrato, sem prejuízos de advertências, caso os serviços sejam em desacordo com o Contratado.

5.4.1. Para aplicação do desconto será respeitado o contraditório, sendo concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da notificação para a CONTRATADA apresentar justificativa e/ou manifestação.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR E PAGAMENTO:

6. O valor aqui pactuado pela prestação do serviço será pago conforme tabela descrita abaixo:

DESCRIÇÃO	POSTO TRAB	QTD VIG.	VRL	VRL TOTAL UNIT.	VLR.DO TOTAL
Posto de Vigilância: PORANGATU Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	4	R\$ 5.528,42	R\$ 22.113,68	R\$45.200,92

Posto de Vigilância: PORANGATU Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	04	R\$ 5.771,81	R\$ 23.087,24	
Posto de Vigilância: STº ANTº DESCOBERTO: Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	04	R\$ 5.528,42	R\$ 22.113,68	R\$45.200,92
Posto de Vigilância: STº ANTº DESCOBERTO: Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	02	04	R\$ 5.771,81	R\$ 23.087,24	
Posto de Vigilância: CRISTALINA Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02	R\$ 5.528,42	R\$ 11.056,84	R\$22.600,46
Posto de Vigilância: CRISTALINA Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02	R\$ 5.771,81	R\$ 11.543,62	
Posto de Vigilância: FORMOSA Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02	R\$ 5.528,42	R\$ 11.056,84	R\$22.600,46
Posto de Vigilância: FORMOSA Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02	R\$ 5.771,81	R\$ 11.543,62	
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Paulo Renato de Souza – VALPARAÍSO – Diurno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02	R\$ 5.771,81	R\$ 11.543,62	R\$22.600,46
Posto de Vigilância: Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Paulo Renato de Souza – VALPARAÍSO – Noturno: Jornada de trabalho 12x36 Hora. Segunda a Domingo. Conforme legislação vigente.	01	02	R\$ 5.771,81	R\$ 11.543,62	
Valor total				R\$158.203,22	

6.1. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual.

6.2. Após a realização dos serviços e do seu recebimento, a CONTRATADA deverá protocolizar a Nota Fiscal/Fatura correspondente na sede da CONTRATANTE até o 5º dia útil do mês subsequente ao fornecimento da prestação de serviço.

6.3. O pagamento será efetuado até o dia 20 do mês subsequente ao recebimento e aceite da Nota Fiscal e fatura correspondente e estará condicionado ao cumprimento integral dos serviços.

6.3.1. O pagamento será realizado por meio de depósito bancário a CONTRATADA em Conta Corrente informada pela CONTRATADA

6.4. A fatura deverá especificar o número deste Contrato e o número do **Contrato de Gestão 003/2017-SED**, sob pena de não realização do pagamento até regularização.

6.4.1. Do pagamento efetuado a empresa contratada serão calculados e deduzidos as retenções tributárias de Pessoa Jurídica – PJ, conforme legislação pertinente.

6.5. Após avaliação, a CONTRATANTE, certificando-se de que os serviços foram realizados em conformidade com as normas estabelecidas na proposta encaminhada, e no respectivo contrato será atestada a fatura correspondente.

6.6. A fatura deverá ser protocolizada na sede da CONTRATANTE, mediante entrega física do documento e/ou envio para o endereço eletrônico indicando pela CONTRATANTE.

6.7. A nota fiscal deverá ser preenchida com a descrição dos serviços e a parcela a que se refere, tais como: a. Descrição das atividades desenvolvidas no período;

6.8. Para a liberação do pagamento, a CONTRATADA juntamente com a fatura deverá apresentar de maneira atualizada e deverá vir instruído com as Certidões de Regularidades Fiscais Federais (Conjunta, CRF e Previdenciária), Municipal (ISSQN), ICMS (Estadual), Trabalhista (TST), e Fundo de Garantia (FGTS), sob pena de retenção de pagamento até regularização ou rescisão contratual.

6.9. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo para o pagamento estipulado, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto perdurar pendência em relação à entrega correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

6.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto perdurar qualquer incompatibilidade com as condições de habilitação e qualificação, referente a certidões (Estadual,

Municipal, Federal, FGTS e Trabalhista), nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

6.12. Caso haja previsão nas leis fiscais vigentes, a CONTRATANTE efetuará as devidas retenções nos pagamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL:

7.1 O Contrato emergencial poderá ser prorrogado, por até (60) dias, desde que justificada a necessidade e solicitado pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO:

8.1. A fiscalização dos serviços objeto deste Contrato será feita pela **SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA**, ora CONTRATANTE, cabendo a esta a aceitação dos serviços e o aceite da fatura.

8.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados, prepostos ou cooperados.

8.3. A fiscalização da CONTRATANTE se fará exclusivamente sobre o cumprimento dos serviços contratados, preservando a autonomia técnica-jurídica da CONTRATADA sobre os mesmos.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO:

9.1. Constituem motivos de rescisão unilateral pela CONTRATANTE:

9.1.1. O não cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

9.1.2. Em caso de reajuste, a falta de acordo quanto ao percentual a ser efetuado.

9.1.3. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos pela CONTRATADA.

9.1.4. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, bem como a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços estipulados.

9.1.5. O atraso injustificado no início dos serviços.

9.1.6. A paralisação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

9.1.7. A subcontratação total ou parcial do objeto do presente Contrato sem prévia anuência, por escrito, da CONTRATANTE; a associação da CONTRATADA com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado, a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA.

9.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços quanto ao cumprimento do contrato e das metas estabelecidas.

9.1.9. O cometimento reiterado de falhas na sua execução, anotadas em registro próprio, pela Coordenação da CONTRATANTE.

9.1.10. A dissolução da sociedade Cooperativa ou da empresa contratada.

9.1.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução deste Contrato.

9.1.12. O término do **Contrato de Gestão 003/2017-SED**.

9.1.13. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.

9.2. Constituem motivos de rescisão do Contrato pela **CONTRATADA**:

9.2.1. O descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATANTE.

9.2.2. Atraso superior a 15 (quinze) dias, com termo inicial no final do prazo previsto para o pagamento, nos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços executados, desde que haja havido o repasse do **Contrato de Gestão 003/2017-SED**, correspondente ao mês da efetiva prestação do serviço por parte da Secretaria de Desenvolvimento.

9.3. Constituem motivos de rescisão por ambas as partes sem qualquer pagamento indenizatório:

9.3.1. O término do prazo contratual, desde que não prorrogado o presente contrato.

9.3.2. O desinteresse de qualquer das partes na continuidade do Contrato, reduzida a termo, observado o prazo de 10 (dez) dias de denúncia.

Parágrafo Único. A declaração de rescisão contratual deve ser expressamente comunicada à outra parte, com exposição dos motivos que a ensejaram, estabelecendo as partes que a simples correspondência ou por e-mail, é suficiente para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES:

10.1 Cada parte será responsável isoladamente pelos atos que der causa, respondendo perante quem de direito, inclusive pelos atos praticados por prepostos que agirem legalmente em seu nome e, particularmente, com relação as obrigações legais, fiscais e econômicas que der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: - DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

11.1. A CONTRATADA se compromete a adotar os mais altos padrões éticos de conduta na condução dos seus negócios, especialmente os relacionados ao objeto deste instrumento, assim como em qualquer outra iniciativa envolvendo a CONTRATANTE.

11.2. A CONTRATADA compromete-se por si e por seus sócios, administradores, gestores, representantes legais, empregados, prepostos e subcontratados (“Colaboradores”), a não pagar, prometer ou autorizar o pagamento de qualquer valor ou oferecer qualquer tipo de vantagem (Pagamento Indevido), direta ou indiretamente, a qualquer Funcionário Público ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de influenciá-lo inapropriadamente ou recompensá-lo de alguma forma, em troca de algum benefício indevido ou favorecimento de qualquer tipo para a Contratada e/ou para a Contratante. Para fins deste instrumento.

11.3. A CONTRATADA garante que não emprega e não empregará, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo, trabalho infantil.

11.4. A CONTRATADA compromete-se a praticar os atos necessários de boa-fé, cumprir de modo regular e pontual todas as obrigações que lhe incumbem para a cabal realização do objeto do presente contrato, bem como atuar de acordo com os padrões éticos e normas internas da CONTRATANTE. Obriga-se, ainda, a CONTRATADA, por si, seus colaboradores ou terceiros por esta contratados, a obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas da CONTRATANTE.

11.5. A CONTRATADA garante à CONTRATANTE que, durante a prestação dos serviços ora avençada, cumprirá com todas as leis aplicáveis à natureza dos serviços contratados; e, ainda, que respeitará durante sua atuação empresarial a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.

8.429/1992); o Código Penal; a Lei Brasileira Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013), e o Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015, que a regulamentam.

11.6. Garantir, ainda, à CONTRATANTE que sempre que tiver contato com as autoridades governamentais brasileiras, respeitará as disposições do Código de Ética e ou Estatutos aplicáveis ao órgão/entidade e esfera de Poder ao qual esteja sujeita a autoridade.

11.7. A CONTRATADA obriga-se a zelar pelo bom nome comercial da CONTRATANTE e a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da CONTRATANTE. Em caso de uso indevido do nome da CONTRATANTE, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à CONTRATANTE, responderá a CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorrentes.

11.8. A CONTRATADA concorda em participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE e/ou pelos seus fornecedores, que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção e/ou políticas internas da CONTRATANTE, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta. Além disto, a CONTRATADA concorda em solicitar que todos os seus sócios, diretores e colaboradores e qualquer outra pessoa trabalhando em seu benefício participem de tais treinamentos.

11.9. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Em virtude da natureza civil da contratação, os funcionários contratados por parte da CONTRATADA aqueles não manterão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

12.2. É de responsabilidade da CONTRATADA todos e quaisquer ônus ou encargos decorrentes das legislações fiscais e trabalhistas e sociais referentes aos funcionários.

12.3. O CONTRATANTE se reserva o direito de exigir da CONTRATADA, em qualquer época, comprovante dos recolhimentos dos encargos decorrentes das legislações trabalhistas e previdenciárias, relacionadas aos seus funcionários envolvidos nesta prestação de serviços.

12.4. Todo e qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre a prestação dos serviços objeto deste contrato será arcado pela CONTRATADA.

12.5. A CONTRATADA deverá apresentar as seguintes certidões, a título de pagamento pelo serviço prestado:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), por meio de Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débitos em relação a tributos estaduais (ICMS) da sede da proponente e perante o Estado de Goiás;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) expedida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de sua expedição (disponível nos portais eletrônicos da Justiça do Trabalho [Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho]).
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos municipais do município sede da proponente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO:

13. Para dirimir as questões oriundas do presente contrato é competente o Foro da Comarca de Goiânia (GO).

Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, e depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, e subscritas também por 02 (duas) testemunhas.

IBRACEDS

CNPJ nº 21.236.845/00002-31

ANTONIO DE SOUSA ALMEIDA

CONTRATANTE

Goiânia (GO) / 26 de junho de 2019.

BRASGUARDA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA-ME

**BRASGUARDA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA
LTDA-ME**

CNPJ: 17.957.772/0002-08

KALIANE MEDEIROS SILVA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME: Esquivaldo D. Brasil

CPF: 743.371.141-49

NOME: Alexandre G. Santana

CPF: 050.830.841-021

